



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO 2**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO 2**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-37-9

DOI 10.22533/at.ed.379200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

POLÍTICA ECONÔMICA E GESTÃO FINANCEIRA

CAPÍTULO 1 1

A CONTA DE TRANSAÇÕES CORRENTES DO BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL (1995-2014): ENTRE *DEFICIT E SUPERAVIT*

André de Souza do Nascimento

João Paulo Lacerda Gonçalves de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3792009031

CAPÍTULO 2 15

A CONTABILIDADE ENQUANTO UMA INSTITUIÇÃO MODERNA: REFLEXÕES E APONTAMENTOS SOBRE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Rosaly Machado

Fabio Vizeu Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.3792009032

CAPÍTULO 3 39

ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA: RELAÇÕES COM VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

Ani Caroline Grigion Potrich

Kelmara Mendes Vieira

Samia Mercado Alvarenga

DOI 10.22533/at.ed.3792009033

CAPÍTULO 4 59

DESCONTROLE FINANCEIRO FAMILIAR NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE-RR

Antonia Honorata da Silva

Maria Graciete Sousa Farias

Maria Conceição Vieira Sampaio

Marilene Kreutz de Oliveira

Hevelyn Thais Luiz Pereira

DOI 10.22533/at.ed.3792009034

CULTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO 5 68

CULTURA ORGANIZACIONAL COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: ESTUDOS COMPARATIVOS EMPRESARIAIS

Eliane Regina Rodrigues Message

DOI 10.22533/at.ed.3792009035

CAPÍTULO 6 87

DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS PARA SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS DO SÉCULO 21

Francisco Ariclene Oliveira

Guilherme Irffi

Luciano Lima Correia

Liu Man Ying

Ana Cristina Lindsay

Márcia Maria Tavares Machado
DOI 10.22533/at.ed.3792009036

CAPÍTULO 7 100

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS: UMA PROPOSTA BASEADA NA APRENDIZAGEM VIVENCIAL NO ESCOPO DA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS EM IFES

Michelle de Andrade Souza Diniz Salles
Beatriz Quiroz Villardi

DOI 10.22533/at.ed.3792009037

CAPÍTULO 8 124

DETERMINANTES DO P/B DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3

Amauri de Oliveira Barros
Ricardo Goulart Serra

DOI 10.22533/at.ed.3792009038

CAPÍTULO 9 142

O IMPACTO DA EDUCAÇÃO CORPORATIVA NO ÂMBITO SOCIAL DO COLABORADOR

Ingridy Jully Jesus
Michel Faleiro Araújo
Heloísa Landim Gomes
Cristiane Francisco Brasil
Pedro Henrique Gonçalves Mendes
André Luiz Marques Gomes

DOI 10.22533/at.ed.3792009039

CAPÍTULO 10 155

EFEITO MANADA OU EFEITO HETEROGENEIDADE? EVIDÊNCIAS PARA O MERCADO BRASILEIRO

Vinicius Mothé Maia
Antonio Carlos Figueiredo Pinto
Marcelo Cabús Klotzle
Paulo Vitor Jordão da Gama Silva

DOI 10.22533/at.ed.37920090310

CAPÍTULO 11 177

PROCESSO DECISÓRIO ESTRATÉGICO: PROPOSTA DE DIMENSÕES DE ANÁLISE

Claudinete de Fátima Silva Oliveira Santos
Carla Regina Pasa Gómez
Sílvio Luiz de Paula

DOI 10.22533/at.ed.37920090311

CAPÍTULO 12 193

A GESTÃO INTERNACIONAL DA TERCEIRA LINGUAGEM, SUAS APLICAÇÕES E IMPLICAÇÕES: UM DIAGNÓSTICO DA COMUNICAÇÃO MERCADOLÓGICA TRANSCULTURAL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS INTERNACIONALIZADAS

Renato Rodrigues Martins

DOI 10.22533/at.ed.37920090312

CAPÍTULO 13 204

GESTÃO DO CAPITAL INTELECTUAL

Adelcio Machado dos Santos
Alexandre Carvalho Acosta

CAPÍTULO 14 218

ÍNDICE DE QUALIDADE DE AUDITORIA: TEMPO DE RELACIONAMENTO AUDITOR-CLIENTE, QUALIDADE DA INFORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA FIRMA DE AUDITORIA

[Naiara Leite dos Santos Sant'Ana](#)

[Antônio Artur de Souza](#)

[Paulo Celso Pires Sant' Ana](#)

DOI 10.22533/at.ed.37920090314

ENSINO E PESQUISA

CAPÍTULO 15 239

A PRESENÇA DA TEORIA DE PIERRE BOURDIEU NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE 2006 A 2016

[Ronier Renato Funez](#)

[Clovis Schmitt Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.37920090315

CAPÍTULO 16 250

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE ESCALA DE ATITUDES EM RELAÇÃO AO COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO: ESTUDO COM PROFESSORES PESQUISADORES

[Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes](#)

[Julio Eduardo da Silva Menezes](#)

DOI 10.22533/at.ed.37920090316

CAPÍTULO 17 271

O PERFIL DOS USUÁRIOS DA BIBLIOTECA DO SENAI CHAPECÓ A PARTIR DO MAPA DE EMPATIA

[Karine Spadotto](#)

[Jéssica Bedin](#)

DOI 10.22533/at.ed.37920090317

CAPÍTULO 18 290

E-QUIPU: UMA PROPOSTA DE PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO DA UNIVERSIDADE

[Eduardo Ismodes-Cascón](#)

[Jesús Carpio-Ojeda](#)

DOI 10.22533/at.ed.37920090318

CAPÍTULO 19 304

FATORES DE DECISÃO DE CARREIRA DURANTE A GRADUAÇÃO

[Edna Torres de Araújo](#)

[Marcia Athayde Moreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.37920090319

CAPÍTULO 20 323

DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO DE ESCALAS DE MENSURAÇÃO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

[Eric David Cohen](#)

DOI 10.22533/at.ed.37920090320

CAPÍTULO 21	346
PERSPECTIVA NEURO-IS: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA ADOÇÃO DE NEUROCIÊNCIAS EM ESTUDOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2010 A 2016	
Mauri Leodir Löbler	
Rafaela Dutra Tagliapietra	
Eliete dos Reis Lehnhart	
Carolina Schneider Bender	
DOI 10.22533/at.ed.37920090321	
CAPÍTULO 22	359
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: UM OLHAR PARA OS CURSOS DE PEDAGOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	
Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo	
Eugenia Portela de Siqueira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.37920090322	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	370
ÍNDICE REMISSIVO	371

ÍNDICE DE QUALIDADE DE AUDITORIA: TEMPO DE RELACIONAMENTO AUDITOR-CLIENTE, QUALIDADE DA INFORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA FIRMA DE AUDITORIA

Data de aceite: 20/02/2020

Data de submissão: 03/12/2019

Naiara Leite dos Santos Sant'Ana

Universidade Federal do Ceará, FEAAC.

Fortaleza – Ceará

<http://lattes.cnpq.br/4606819804784902>

Antônio Artur de Souza

Universidade Federal de Minas Gerais, CEPEAD

Belo Horizonte - Minas Gerais

<http://lattes.cnpq.br/0597505816212353>

Paulo Celso Pires Sant' Ana

Universidade Federal de Minas Gerais, CEPCON

Belo Horizonte - Minas Gerais

<http://lattes.cnpq.br/9348537088515978>

RESUMO: Este trabalho foi realizado com o objetivo de criar um Índice de Qualidade de Auditoria - IQUA 2019. A construção aconteceu por meio da variável resposta de Braunbeck (2010) e por *proxies* para qualidade da auditoria, quais sejam: tamanho da firma de auditoria; auditoria, representada pela variação na qualidade do serviço prestado entre as firmas de auditoria; tempo de relacionamento auditor-cliente; especialização; comitê de auditoria; risco, honorários e conservadorismo,

mensurado pelo modelo de Basu (1997). Foi utilizada a regressão múltipla com dados em painel, estimada por meio do método dos momentos generalizado, justificado pela possibilidade de endogeneidade entre as variáveis. As variáveis selecionadas foram significativas, o que representa que quanto maior o tamanho da firma, o tempo de relacionamento, a especialização, a alavancagem financeira, os honorários e a precaução com que notícias positivas são contabilizadas, em detrimento das ruins, maior a qualidade de auditoria. O fato da companhia possuir comitê tratou-se de um indício para o incremento da qualidade da auditoria.

PALAVRAS-CHAVE: Índice; Qualidade da auditoria; Conservadorismo; Qualidade da informação contábil

AUDIT QUALITY INDEX: AUDITOR
CLIENT RELATIONSHIP TIME,
INFORMATION QUALITY AND AUDIT FIRM
CHARACTERISTICS

ABSTRACT: This paper aimed to create the Audit Quality Index - (IQUA 2019). The construction took place through Braunbeck's response variable (2010) and proxies for Audit Quality, which are: Audit firm size; Audit,

represented by the variation in the quality of the service rendered among the audit firms; Time of relationship audit-client signature; Specialization; Audit Committee; Risk; Fees and Conservatism, measured by the Basu model (1997). We used the Multiple Regression with panel data estimated through the Generalized Moments Method, justified by the possibility of endogeneity among the variables. The selected variables were significant, which represents: The greater the size of the audit, the relationship time, the specialization, the financial leverage, the fees and the precaution with which positive news is accounted for, in detriment of bad ones, the higher the Audit Quality. The fact that the company has a committee was an indication of the quality of the audit.

KEYWORDS: Index; Audit Quality; Conservatism; Accounting Information Quality

1 | INTRODUÇÃO

Os problemas de agência, associados à separação de propriedade e controle das companhias, juntamente com a assimetria de informações entre administradores e proprietários, criam a demanda por auditoria externa (LIN e HWANG, 2010). Tratam-se de funções da auditoria o monitoramento e o controle das atividades de uma empresa, causando, assim, uma redução dos problemas de agência (JENSEN e MECKLING, 1976). Os objetivos da auditoria são acrescentar valor e proporcionar confiança e credibilidade às informações contábeis, por meio da emissão de um relatório que represente de forma legítima a situação financeira e patrimonial da empresa-cliente (HENDRISKSEN e VAN BREDA, 1999; MOREIRA *et al.*, 2015). Decorrente disso, percebe-se a importância do auditor em prestar um trabalho de qualidade (MOREIRA *et al.*, 2015).

A intensidade da contribuição da firma de auditoria é mensurada por meio da qualidade da auditoria. Tal qualidade é proporcional a maior competência e independência do auditor, (DEANGELO, 1981; LEFTWICH, WATTS e ZIMMERMAN, 1981; ITO, NIYAMA e MENDES, 2008; DEFOND e ZHANG, 2014) essa traduzida pela iniciativa do profissional em relatar ao mercado as inconformidades percebidas (DEANGELO, 1981; FRANCIS, 2004; CARLIN e LAILA, 2009). Características específicas das companhias, assim como seu sistema informacional, se relacionam com a qualidade da auditoria (DEFOND e ZHANG, 2014). De forma geral, as empresas têm receio de receberem um relatório com opinião modificada. Esse fato pode ser analisado pelos usuários da informação contábil como um indício de uma futura insolvência (HOPWOOD, MCKEOWN e MUTCHLER, 1989).

A característica competência pode ser avaliada por dois prismas dentro da profissão do auditor, quais sejam, capacidade reputacional da profissão para trazer indivíduos competentes que desejam atuar como auditores, e processos contínuos de educação, certificações, aprovação em exame na área e experiência profissional

(RADEBAUGH e GRAY, 2002). A independência do auditor pode ser observada por meio da opinião contida em um relatório de auditoria e pela prestação de serviço de auditoria de forma objetiva e isenta, com relação aos interesses da empresa cliente. A emissão de opinião errônea poderá acarretar problemas para a reputação do auditor (HOPWOOD, MCKEOWN & MUTCHLER, 1989; CFC, 2005; KNECHEL e VANSTRAELEN, 2007).

Sendo assim, o objetivo deste trabalho, foi o de estimar um Índice de qualidade da auditoria - IQUA 2019. A importância da qualidade da auditoria independente pode ser percebida pela repercussão social causada pela extinção de grandes empresas, decorrente de escândalos corporativos (MOREIRA *et al.*, 2015; SALEHI, MORADI e PAYDARMANESH, 2017), pela sofisticação das operações no mercado de capitais e pela necessidade em munir os *stakeholders*, cada vez mais exigentes, de informações relevantes (ITO, NIYAMA e MENDES, 2008). Os usuários da informação contábil necessitam de um ambiente com redução da assimetria de informações e do conflito entre agentes, e melhora da qualidade da informação contábil, para que possam tomar decisões mais assertivas e com risco reduzido. Pelo fato da auditoria certificar as informações contábeis emitidas pelas empresas, ela aumenta a qualidade dessas informações e promove a redução da assimetria informacional (HEALY e PALEPU, 2001).

A verificação das demonstrações contábeis pelo auditor externo acrescenta credibilidade às informações contábeis da empresa cliente. Dessa forma, um serviço de auditoria prestado com qualidade pode auxiliar os usuários na tomada de decisão (SALEHI, MORADI e PAYDARMANESH, 2017) Portanto, espera-se que uma auditoria de qualidade restrinja a gestão de ganhos oportunistas (ARCÚRIO JÚNIOR, 2018), bem como reduza o risco de que os relatórios financeiros venham a conter informações, distorções e/ou omissões relevantes (LIN e HWANG, 2010). A verificação acerca da qualidade da auditoria independente, mostra-se relevante à redução dos conflitos entre agentes, assimetria informacional e desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil. Trata-se, portanto, de um trabalho com relevância para os gestores, investidores, auditores e demais usuários da informação contábil. Pretende-se contribuir com o preenchimento da lacuna acerca da temática qualidade da auditoria independente no Brasil e proporcionar um instrumento de pesquisa que poderá ser utilizado em outros trabalhos.

2 | DESENHO DA PESQUISA

A amostra foi constituída por 26 empresas pertencentes ao Ibovespa, entre os anos 2010 e 2017. Foram excluídas as empresas do setor financeiro. Em 2008 foi iniciado um período de transição à adoção de normas internacionais de

contabilidade que culminou na adoção obrigatória dessas em 01/01/10. Os países que compõem a união europeia iniciaram a adoção de algumas normas internacionais de contabilidade, baseadas no *International Accounting Standards Board* – IASB, em 2005. No Brasil, aconteceu um processo de transição a partir de 2008 com a adoção parcial das IFRS, terminando em 2010 com a adoção plena das *International Financial Reporting Standards* - IFRS (SANTOS, PONTE e MAPURUNGA, 2014). No Quadro 1, apresentam-se as informações sobre a coleta de dados:

Variável da equação básica de teste	Fonte
IQUA - Braunbeck (2010)	Por meio de pesquisa no sítio da Comissão de Valores Mobiliários - CVM - < www.cvm.gov.br >, de 20/01/18 a 20/03/18, na seção "DFP", procedeu-se à consulta e à leitura dos relatórios de auditoria necessários para responder às questões do índice. Na sequência (abril/2018), a consulta relacionada à republicação e/ou a processos administrativos foi realizada. Por último, investigou-se se alguma companhia havia entrado em situação de insolvência, por meio de pesquisas no Google com as palavras-chave: insolvência, recuperação judicial e falência, seguidas do nome da companhia em questão (abril/2018).
Tamanho, auditoria, tempo, comitê de auditoria, honorários	Por meio de pesquisa no sítio da CVM - < www.cvm.gov.br >, de 01/05/18 a 01/08/18, na seção Demonstrações Financeiras Padronizadas - "DFP", procedeu-se à consulta e à leitura dos relatórios de auditoria e de administração, formulário cadastral, informe do código de governança e formulário de referência.
Risco	Plataforma de consulta e coleta de dados Quantum®.
Conservadorismo	Por meio de pesquisa no sítio da CVM - < www.cvm.gov.br >, em setembro/2018, na seção "DFP".

Quadro 1- informações sobre coleta de dados

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

O Índice de Qualidade da Auditoria - IQUA 2019 foi estimado por meio do método de momentos generalizado, conforme seção 2.3. Nos quadros 2 e 3 encontram-se os constructos das variáveis resposta e explicativas.

$$IQUA\ 2010 = \beta_0 + \beta_1\text{Tamanho} + \beta_2\text{Auditoria} + \beta_3\text{Tempo} + \beta_4\text{Especializacao} + \beta_5\text{Comitê} + \beta_6\text{Risco} + \beta_7\text{Honorários} + \beta_8\text{Conservadorismo} + \varepsilon$$

Variável	Descrição/Mensuração
IQUA – Braunbeck (2010)	As perguntas que compõem o IQUA recebem valor 1, quando problemas na auditoria são identificados e 0, caso contrário. Ou seja, quanto maior o resultado final, menor a qualidade da auditoria.
Utilizaram a variável	Teixeira, Camargo e Vicente (2016); Almeida (2017).
Questão 1	As demonstrações contábeis tiveram sua republicação exigida pela CVM?
Fundamento 1	A determinação, pela CVM, de republicação de informação contábil é tomada como evidência que sugere qualidade inferior da informação originalmente divulgada pela companhia. Consequentemente, razoável é considerar essa evidência como útil na avaliação da qualidade da auditoria independente realizada sobre as demonstrações contábeis publicadas.
Questão 2	O auditor das demonstrações contábeis foi objeto de processo administrativo sancionador?
Fundamento 2	A CVM, no papel de acompanhamento e monitoramento da qualidade das informações contábeis, inclusive o parecer dos auditores independentes, tem a prerrogativa de sancionar os participantes do mercado quando descumprirem as normas e as leis cabíveis. Para tal, instaura processos administrativos sancionadores (PAS), para analisar situações em que se tenha detectado uma eventual desconformidade com normas e leis, por parte dos participantes do mercado aberto (inclusive auditores independentes).
Questão 3	O parecer de auditoria do último ano do período em que um mesmo auditor foi responsável por emitir opinião conteve algum tipo de modificação relevante (ressalva, negativa, abstenção, ênfase ou limitação de escopo), em comparação com opinião emitida por esse mesmo auditor no ano sob análise (i.e., o auditor emitiu um parecer mais "rigoroso" no seu último ano, antes de ser substituído)?
Fundamento 3	É razoável supor que, no último ano de relacionamento entre auditor e seu cliente (especialmente no sistema brasileiro de rodízio, em que o auditor sabe <i>ex ante</i> o prazo máximo de um contrato de auditoria), seja observado o maior nível de independência, posto não existir horizonte futuro de captura de quase rendas na iminência do fim do contrato.
Questão 4	O parecer do primeiro ou do segundo ano de emissão consecutiva de opinião pela empresa de auditoria sucessora teve uma abordagem menos "rigorosa" que o último parecer emitido pelo auditor sucedido?
Fundamento 4	Visa capturar justamente os impactos na independência das quase rendas específicas, em particular nos primeiros anos de relacionamento do auditor sucessor com seu cliente.
Questão 5	Caso a resposta da 3 tenha sido "não" – o primeiro parecer de auditoria emitido pelo auditor sucessor conteve algum tipo de modificação relevante (ressalva, negativa, abstenção, ênfase ou limitação de escopo), em comparação com a opinião emitida pelo auditor sucedido (i.e., o auditor substituído emitiu parecer mais "rigoroso" no primeiro ano após a substituição)?
Fundamento 5	Se, apesar dos incentivos no contrato de auditoria que se encerra, o auditor sucedido não atuar com independência, omitindo uma falha no sistema contábil de seu cliente, é possível esperar que o auditor sucessor seja mais independente que o sucedido e, eventualmente, revelará, em seu primeiro parecer, falhas omitidas pelo auditor antecessor.
Questão 6	O parecer foi emitido mais de 60 dias após a data-base das demonstrações contábeis?
Fundamento 6	O tempo evidenciará a "negociação" do auditor e seu cliente acerca de ajustes às demonstrações contábeis. Utiliza-se como pressuposto o fato de que as companhias abertas, de forma geral, mantêm incentivos para a pronta divulgação de seus resultados.
Questão 7	Caso a empresa tenha apresentado situação de insolvência, caracterizada por concordata, recuperação judicial ou falência, o auditor não emitiu parecer com ressalva no tocante à continuidade e/ou à situação financeira no exercício anterior à divulgação da situação de insolvência?
Questão 8	Caso a empresa tenha apresentado situação de insolvência, caracterizada por concordata, recuperação judicial ou falência, o auditor não emitiu parecer com parágrafo de ênfase no tocante à continuidade e/ou à situação financeira no exercício anterior à divulgação da situação de insolvência?
Fundamento 7 e 8	Cabe ao auditor alertar o leitor das demonstrações contábeis sobre fatos ou incertezas que coloquem dúvida sobre a continuidade da entidade.

Quadro 2 – Constructo da variável resposta

Fonte: Adaptado de Braunbeck (2010, p. 64-69)

Variável	Descrição/mensuração	Sinal
Tamanho	Variável binária. Assume valor 1 quando a firma de auditoria é <i>Big Four</i> e 0, caso contrário.	
Utilizaram a variável	DeAngelo (1981); Dye (1993); DeFond & Subramanyam (1998); Fargher et al. (2001); Ireland (2003); Leventis & Caramanis (2005); Almeida e Almeida (2009); Braunbeck (2010); Harris (2012); Lennox, Francis e Wang (2012); Paulo, Cavalcante e Paulo (2013); Cunha et al. (2015); Luccas (2015); Mazzioni & Klann (2016); Almeida (2017); Brooks et al. (2017); Emita et al (2017); Reid & Carcello, (2017); Arcúrio Júnior & Gonçalves (2018);	
Hipótese	H ₁ : Quanto maior a firma de auditoria, maior a qualidade da auditoria.	-
Fundamento	Quanto maior a firma de auditoria, maior a quantidade de recursos financeiros e operacionais disponíveis, consequentemente menor dependência financeira de seus clientes, reduzindo a chance de aceitação de pressão por parte da empresa cliente, logo, maior a qualidade da auditoria (DeAngelo, 1981; Fargher et al., 2001; O'Keefe, et al., 1994; Almeida & Almeida, 2009; Braunbeck, 2010; Paulo, Cavalcante e Paulo, 2013; Luccas, 2015; Teixeira, Camargo e Vicente, 2016; Almeida, 2017; Arcúrio Júnior, 2018.)	
Auditoria	Variável classificada atribuindo valores crescentes de 1 a 7 para as firmas de auditoria, sendo que os valores de 1 a 4 representam as <i>Big Four</i> e os valores de 5 a 7, as demais firmas de auditoria.	
Utilizaram a variável	Sant'Ana, 2019	
Hipótese	H ₁ : Quanto maior a firma de auditoria, maior a qualidade da auditoria.	+
Fundamento	Variável que intenciona confirmar a variável tamanho (Sant'Ana, 2019).	
Tempo	Variável discreta, mensurada em anos. De 1 a 5 anos, quanto maior o tempo de auditoria, melhor a qualidade.	
Utilizaram a variável	Jenkins & Velury (2008); Braunbeck (2010); Li (2010); Chi et al. (2012); Paulo et al. (2013); Dantas & Medeiros (2015); Almeida (2017); Arcúrio Júnior & Gonçalves (2018);	
Hipótese	H ₂ : Quanto maior o tempo em anos (1 a 5 anos), maior a qualidade da auditoria.	-
Fundamento	Por meio do efeito aprendizagem, entende-se que quanto maior o tempo de trabalho, melhor a qualidade do serviço prestado (Levinthal e Fichman, 1988; Myers et al., 2003; Ghosh e Moon, 2005; Jenkins e Velury, 2008; Braunbeck, 2010; Azevedo e Costa, 2012).	
Especialização	Calculada por meio da comparação entre os ativos totais dos clientes de determinado setor auditados por uma firma de auditoria em relação aos ativos da indústria como um todo.	
Utilizaram a variável	Balsam, Krishna e Yang (2003); Bhan, Choi e Kaou (2008); Braunbeck (2010); Sun & Liu (2011); Paulo et al., 2013; Dantas & Medeiros, 2015; Almeida (2017); Arcúrio Júnior & Gonçalves (2018).	
Hipótese	H ₂ : Se a firma de auditoria é especialista no setor no qual o serviço está sendo prestado, maior a qualidade da auditoria.	-
Fundamento	Quanto maior conhecimento sobre um setor da economia a firma de auditoria tiver, mais ela estará íntima da situação da empresa cliente e, por conseguinte, prestará um serviço de auditoria com mais qualidade (O'Keefe et al., 1994; Sun & Liu, 2011; Hu, 2015). Profissionais da auditoria especialistas são considerados, pelo mercado, como mais competentes (Lu & Sapsa, 2009; Braunbeck, 2010).	
Comitê de Auditoria	Variável dicotômica. Recebe valor 1 se a companhia possui comitê de auditoria e 0, se não possui.	
Utilizaram a variável	Smith (2006); Koch, Weber e Wüstemann (2012); Paulo, Cavalcante e Paulo, 2013; Dantas & Medeiros (2015); Arcúrio Júnior & Gonçalves (2018);	
Hipótese	H ₁ : Se a companhia possui comitê de auditoria, maior a qualidade da auditoria	-
Fundamento	De acordo com Peleias, Segreti e Costa (2009), o comitê de auditoria trata-se de uma comissão relevante na redução do conflito de agência (gestão-investidores), atuando na proteção dos interesses dos investidores, na verificação dos controles interno, no relacionamento contínuo com os auditores externos e na divulgação de informações contábeis. Colabora com a independência do auditor (Dantas & Medeiros, 2015).	
Risco	Mensurado por meio da alavancagem financeira: passivo circulante mais passivo não circulante, dividido pelo ativo total.	
Utilizaram a variável	Mazzioni & Klann (2016); Almeida (2017); Emita et al (2017);	
Hipótese	H ₃ : Quanto maior a alavancagem financeira, maior a qualidade da auditoria	-
Fundamento	Quanto mais endividada a empresa cliente estiver, maior a preocupação do auditor em prestar um serviço de qualidade, de forma independente, para não ser envolvido em um possível escândalo futuro (Amúscida, 1997).	
Honorários	Valor total dos honorários recebidos.	
Utilizaram a variável	Hope & Langli (2010); Camargo (2012); Camargo et al. (2012); Cunha et al. (2015); Arcúrio Júnior & Gonçalves (2018);	
Hipótese	H ₄ : Quanto maior o valor dos Honorários recebidos, maior a qualidade da auditoria	-
Fundamento	A convergência às normas contábeis internacionais cria uma maior possibilidade de discricionariedade na preparação das informações contábeis, o que acarreta um maior esforço por parte dos auditores. (Arcúrio Júnior & Gonçalves, 2018).	
Conservadorismo	Modelo proposto por Basu (1997).	
Utilizaram a variável	Francis (2011); Paulo et al. (2013); Knechel et al. (2013); Dantas & Medeiros (2015); Hu (2015); Salehi, Moradi e Faydamanesh (2017); Arcúrio Júnior & Gonçalves (2018).	
Hipótese	H ₇ : Quanto mais conservadora a empresa cliente for na contabilização de fatos que afetam o lucro, maior a qualidade da auditoria.	-
Fundamento	Um registro mais conservador de fatos positivos do que de negativos (Basu, 1997) reduz o risco da auditoria e do auditor, o risco de serem envolvidos em escândalos e o comportamento oportunista dos gestores (DeFond, Lim & Zang, 2015), corroborando a qualidade da informação contábil.	

Quadro 3 – Constructo das variáveis independentes

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Para cálculo do conservadorismo utilizou-se o modelo de Basu (1997), conforme proposto a seguir.

$$X_{it}/P_{it-1} = \alpha_0 + \alpha_1 D + \beta_0 \Delta X_{it-1}/P_{it-2} + \beta_1 D \Delta X_{it-1}/P_{it-2} + \varepsilon$$

Em que:

X_{it} é o lucro da empresa i em relação ao momento t ;

ΔX_{it} é a variação do lucro da empresa i em relação ao momento $t-1$;

P_{it-1} é o preço da ação para a empresa i em relação ao momento $t-1$;

P_{it-2} é o preço da ação para a empresa i em relação ao momento $t-2$;

D é a variável *Dummy* que assume valor 1 para retornos negativos e 0 para retornos positivos;

ε , é o termo de erro.

O preço da ação é resultante de uma ponderação entre a quantidade de ações e o valor da ação, considerando as ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN), caso a empresa tenha as duas modalidades. A variável *dummy* foi construída após apuração dos retornos de cada empresa a cada ano, os quais são dados pelo quociente dos preços em um ano em relação ao ano imediatamente anterior. Caso esta divisão tenha apontado retornos negativos, atribuiu-se 1 para a variável *dummy* e, em caso contrário, 0 foi assumido como valor. Dos 234 registros, 108 assumiram valor 1, representando 46,15% dos dados. Os coeficientes negativos foram utilizados para estimação do IQUA 2019.

Trata-se de uma regressão com dados em painel. Neste trabalho, utilizou-se o método dos momentos generalizado, pois as variáveis podem ser endógenas. Gul *et al.* (2009), ao estudarem o gerenciamento de resultados e o tempo de relacionamento entre a firma de auditoria e a empresa cliente, concluíram que essas variáveis podem ser endógenas. Segundo Greene (2003), a econometria permite mensurar empiricamente as relações entre variáveis postuladas pela teoria econômica. Dessa forma, são unificadas a matemática, a estatística e a teoria fundamentadora do processo gerador de dados que, geralmente, é desconhecido. Nesse sentido, a identificação do modelo econométrico apropriado depende diretamente do comportamento dos dados que estão sendo trabalhados e, uma vez identificado, é possível realizar previsões e análises de seu comportamento.

A estimação dos parâmetros de um modelo econométrico pode ser realizada sob diferentes abordagens. O método de mínimos quadrados ordinários - MQO tem como base a minimização da diferença entre os dados observados e os estimados pelo modelo, ou seja, objetiva reduzir o erro de estimação. Este método é um dos mais populares, de fácil implementação e que faz uso explícito da estrutura dos dados sob a suposição de que seus pressupostos são atendidos (Greene, 2003). Por outro lado, o método de máxima verossimilhança - MV consiste em

maximizar a verossimilhança dos dados, ou seja, maximizar a probabilidade dos dados observados. Trata-se de um método que requer especificação detalhada e totalmente paramétrica no processo de geração de dados, sendo, portanto, vulnerável a problemas devido a sua especificação incorreta (Greene, 2003).

Existem outros métodos que, como os já citados, dependem de uma série de pressupostos para a correta estimação dos parâmetros do modelo. Como forma de evitar problemas de especificação, o método de momentos generalizados (GMM, do inglês *Generalized Method of Moments*) pode ser utilizado para estimar os parâmetros de interesse. Este modelo é uma extensão do método de momentos, o qual consiste na substituição dos momentos da população desconhecida pelos momentos correspondentes da amostra (Heij *et al.*, 2004). Dessa forma, não é preciso que o modelo atenda a uma série de pressupostos, mas apenas às condições de especificação dos momentos. Caso se deseje estimar um vetor $p \times 1$ de parâmetros θ , a estimação exata dos parâmetros depende da seguinte condição de momento: $E[f(x_t; \theta)] = 0$, em que $f(x_t; \theta)$ é a função de distribuição de probabilidades da amostra. Segundo Heij *et al.* (2004), o estimador GMM é obtido por meio da substituição de E pela média simples amostral, de forma que: $\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n f(x_t; \hat{\theta}) = 0$

Neste trabalho, foi adotada a função de distribuição Qui-Quadrado, que pode ser interpretada tanto como um caso específico da distribuição gama quanto como uma distribuição normal padrão ao quadrado. A forma de sua distribuição é dada pela seguinte equação, com v graus de liberdade: $f(x; \theta) = \frac{1}{2^{\theta/2} \Gamma(\theta/2)} x^{(\theta/2)-1} \exp\left(-\frac{\theta}{2}\right); \theta > 0; x > 0$

De acordo com Heij *et al.* (2004), para estimação do GMM é preciso, primeiramente, especificar um número suficiente de condições de momento. No caso da função de distribuição Qui-Quadrado, utilizou-se o primeiro momento para estimação dos parâmetros.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas Tabela 1 encontra-se as estatísticas descritivas das variáveis do artigo, apresentadas por ano, de 2010 a 2017 e para todo o período. Ao considerar cada um dos respectivos anos, bem como a amostra total, pode-se notar que o IQUA 2010 médio foi de 0,8413, a partir de 2013, a variável IQUA 2010 passou a apresentar um comportamento crescente, significando redução da qualidade da auditoria. Essa situação, pode ser explicada pelo crescente esforço no sentido da adequação e harmonização à Contabilidade Internacional, que teve seu início em 2007, por meio da promulgação da Lei nº11.638/2007. Segundo Macedo, Machado e Machado (2013, p.70), "(...)de 2007 a 2012 foram emitidos 41 pronunciamentos técnicos

(...)”que afetaram a Contabilidade e, conseqüentemente, o trabalho do auditor. Entende-se que, tanto as companhias quanto as firmas de auditoria necessitam de um período para compreensão, adequação e amadurecimento em direção às evoluções da profissão.

No que concerne à variável tempo, o valor médio foi de 2,9712, representando o número de anos que uma firma de auditoria permanece na mesma empresa. O desvio padrão médio do período foi de, aproximadamente 0,71 anos. Por fim, auditoria é uma variável que representa todas as firmas presentes na amostra, recodificadas de 1 a 7, sendo os valores de 1 a 4 para as *Big Four* e de 5 a 7 para as demais firmas de auditoria.

Ano	IQUA2010	Conservadorismo	Risco	Honorários	Comitê	Especialização	Tempo	Tamanho	Auditoria
2010	0,6923	-0,0252	0,0210	0,0002	0,5200	0,5435	3,3462	0,9615	2,3846
2011	1,2308	-0,0252	0,0157	0,0001	0,5385	0,5075	4,0000	1	2,1923
2012	1,1923	-0,0252	0,0299	0,0001	0,5769	0,5049	2,3077	1	1,9615
2013	0,6154	-0,0252	0,0147	0,0001	0,5769	0,5351	2,5000	0,9615	2,0769
2014	0,7308	-0,0252	0,0245	0,0001	0,5769	0,5205	3,1154	0,9615	2,2308
2015	0,7308	-0,0252	-0,0044	0,0001	0,5769	0,5392	3,0769	0,9230	2,7692
2016	0,7308	-0,0252	0,0391	0,0001	0,6538	0,5468	3,5000	0,9230	2,8077
2017	0,8077	-0,0252	0,0116	0,0001	0,6538	0,5027	1,9231	0,8846	3,1154
Total	0,8413	-0,0252	0,0190	0,0001	0,5842	0,5250	2,9712	0,9519	2,4423

Tabela 1- Estatística descritiva para a média das variáveis utilizadas, por ano e total

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Outra provável explicação, é a crise econômica no Brasil ocorrida durante os anos 2014 a 2017. De acordo com Barbosa Filho (2017), a economia brasileira entrou formalmente em recessão a partir da segunda metade de 2014, resultando em uma queda do produto *per capita* brasileiro de 9%, entre os anos 2014 a 2016. A crise originou-se de uma sequência de choques de oferta e demanda, os quais foram responsáveis pela redução da capacidade de crescimento da economia, motivados por erros de políticas públicas que, por sua vez, geraram um alto custo fiscal. Para a variável conservadorismo a média foi de -0,252 com desvio padrão nulo, visto sua não variabilidade. O risco, por sua vez, apresentou desvio padrão de 0,0914, com valor máximo da amostra em 2016 (0,8748).

A variável honorários não apresentou variabilidade ao longo dos anos. Em relação à média, o valor se altera apenas em 2010 na quarta casa decimal. A presença do comitê de auditoria e tamanho da firma de auditoria são variáveis binárias em que comitê de auditoria recebeu 1, caso presente e 0, caso ausente; tamanho representa o tamanho da firma de auditoria, sendo 1, se a firma for classificada como *Big Four* e 0, caso contrário. A média para comitê revelou o valor

0,5842, mostrando que, ao se considerar todo o período, 58,42% das empresas possuem comitê de auditoria. Em relação à especialização, em 2010 e em 2016 o comportamento médio foi semelhante, com valor se diferenciando, apenas, na terceira casa decimal. A média total para o período nesta variável foi 0,5250.

O lucro líquido dividido pelo preço da ação representa uma variável relevante que compõe o modelo de Basu (1997). De posse de todas as variáveis necessárias e por meio do *software* R, a regressão de Basu (1997) foi apurada e os resultados foram apresentados na Tabela 2. A variável *D-dummy* não foi significativa na amostra, contudo, o modelo obteve coeficiente de determinação ajustado igual a 98,33%, sendo esse um resultado satisfatório. As demais variáveis ($\Delta X_{it-1}/P_{it-2}$ e $D \times \Delta X_{it-1}/P_{it-2}$) foram significantes a 1%, considerando o p-valor obtido próximo a zero. A interpretação dos coeficientes permite observar que β_0 e β_1 foram positivos. Conforme apontado por Cunha, Dantas e Medeiros (2016) e Arcúrio Júnior (2018), para que seja verificada a presença de conservadorismo condicional nos resultados contábeis, é necessária a identificação de valores estatisticamente nulos ou positivos para β_0 , o que ocorre neste trabalho.

Variável	Coefficiente	P-valor
<i>D</i>	-0,00223	0,9031
$\Delta X_{it-1}/P_{it-2}$	0,80445	<2e-16
$D \times \Delta X_{it-1}/P_{it-2}$	0,71929	<2e-17
R ²	0,9853	
R ² ajustado	0,9833	

Tabela 2 - Resultados da regressão – modelo Basu (1997)

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Além de valores negativos para o coeficiente β_1 , a soma dos coeficientes β_0 e β_1 devem resultar em um valor menor que zero, situação não comprovada neste estudo. Alternativamente, foi utilizada, como *proxy* para o conservadorismo, conforme Ball e Shivakumar (2005) e Arcúrio Júnior (2018), a hipótese de que as perdas econômicas são reconhecidas de forma mais rápida do que os ganhos, por meio dos valores de $\beta_1 < 0$. Por meio da regressão, é possível calcular um coeficiente de conservadorismo por empresa presente na amostra, conforme resultado apresentado na Tabela 3.

Empre sa	Coef. Est.	Empre sa	Coef. Est.	Empre sa	Coef. Est.	Empre sa	Coef. Est.	Empre sa	Coef. Est.
ABEV 3	- 0,00175	CMIG4	0,01042	CYRE 3	- 0,00526	JBSS3	- 0,02432	PETR 3	- 0,02509
BRAP 4	- 0,04813	CPFE 3	- 0,00269	EMBR 3	0,01137	LAME 4	- 0,00692	RAIL3	0,16007
BRFS 3	0,01316	CPLE6	- 0,02070	FIBR3	- 0,00327	LREN 3	0,00264	SBSP 3	0,00600
BRKM 5	0,02687	CSAN 3	- 0,00952	GGBR 4	- 0,00328	MRVE 3	- 0,00233	UGPA 4	0,00718
CCRO 3	- 0,00119	CSNA 3	- 0,10958	GOAU 4	0,01292	NATU 3	- 0,01094	USIM5	0,03499
								VALE3	- 0,12893

Tabela 3- Coeficientes por empresa do modelo de Basu (1997)

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Mesmo que o GMM não exija a ausência de correlação entre os regressores e a heterogeneidade não observada, o método supõe que a forma dessa correlação não se altera ao longo do período (ROODMAN, 2009), conforme foi observado neste trabalho, uma vez que foi verificada a aleatoriedade dos dados. Foi testada a normalidade dos resíduos, com o objetivo de que os dados plotados se aproximassem da reta da normalidade, tendo sido concluído que o modelo atende às condições necessárias para a sua adequação e estimação. O resultado da regressão estimada é apresentado na Tabela 4.

Variável	Coefficiente	P-valor
(Intercepto)	1,1525	0,0000***
Tamanho	- 0,1223	0,0742 *
Auditoria	0,1293	0,0249 **
Tempo	- 0,0189	0,0327 **
Especialização	- 0,4147	0,0941 *
Comitê	- 0,2124	0,0205 **
Risco	- 1,3905	0,0040***
Honorários	-1.591,00	0,0419 **
Conservadorismo	- 1,1716	0,0709 *

Tabela 4 - Resultados da regressão para IQUA 2019

Sig. *** 1%, ** 5%, * 10%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Todas as variáveis foram significativas, considerando o p-valor obtido. Destaca-se o sinal negativo para todos os coeficientes, com exceção da variável auditoria. A *Proxy* tamanho (e sinal esperado confirmados) foi significativa, a 10%. A qualidade da auditoria é influenciada pelo tamanho da firma de auditoria, essa relação pode ser explicada pelas evidências: i) número elevado de funcionários e, sendo assim, os

auditores não são sobrecarregados de tarefas; ii) têm mais especialistas a seu dispor, podendo ser alocados estrategicamente entre os projetos; iii) têm uma reputação a manter e iv) são mais independentes (DEANGELO, 1981; FERFERGUNSON, FRANCIS e DONALD, 2003; CHOI *et al.* 2007; FRANCIS e YU, 2009; ADEYEMI e FAGBEMI, 2010; CHOI, KIM, KIM e ZANG, 2010; BEISLAND, MERSLAND e STRØM, 2013; REYAD, 2013; MARTINEZ, LESSA e MORAES, 2014; KHAN, MUTTAKIN, e SIDDIQUI, 2015; PRAZERES e PAIS, 2017). No sentido contrário do resultado desta pesquisa e a dos autores citados, Tendeloo e Vanstraelen (2005); Piot e Janin (2007) e Makni, Kolsi e Affes (2012) não observaram relação entre as variáveis tamanho da firma de auditoria e qualidade da auditoria.

A variável explicativa auditoria (e sinal esperado confirmados) foi significativa, a 5%. Esta variável foi reclassificada, atribuindo-se valores crescentes de 1 a 7 para as firmas de auditoria, sendo que os valores de 1 a 4 representam as *Big Four* e os valores de 5 a 7, as firmas classificadas como não *Big Four*. Valores mais elevados nesta variável dizem respeito às firmas não *Big Four* e, pelo beta positivo na regressão, o fato da firma receber tal classificação representa aumento do IQUA 2019 e, por consequência, queda na qualidade da auditoria. A estimativa tempo (e sinal esperado confirmados) apresentou resultado significativo, a 5%, representando que quanto maior o tempo de auditoria (relação auditor-cliente), maior a qualidade da auditoria. Deve-se atentar para o fato de que o tempo considerado foi de um a cinco anos, já que, no Brasil, atualmente, está em vigência o rodízio das firmas de auditoria.

Por meio da especialização (e sinal esperado confirmados) da firma de auditoria, obteve-se uma relação significativa, a 10%. A qualidade da auditoria sofre influência da especialização (FRANCIS, REICHELDT e WANG, 2005; REYAD, 2013). A especialização em determinado setor, por uma firma de auditoria, é mais relevante para a empresa cliente do que o tamanho da contratada (FRANCIS, REICHELDT e WANG, 2005). Percebeu-se que, a presença do comitê de auditoria (e sinal esperado confirmados), significativa, a 5%, incrementa a qualidade da auditoria. Entretanto, a Enron representou um escândalo grandioso relacionado com fraude praticada pela alta gestão e não relatada pelos auditores independentes, que forem coniventes. Na oportunidade, havia um comitê de auditoria vigente, constituído por seis integrantes qualificados e por quatro *experts*. Tal comitê não relatou qualquer irregularidade (FELO, KRISHNAMURTHY e SOLIERI, 2003).

Para DeFond (1992); Adeyemi e Fagbemi (2010) e Reyad (2013), o risco influencia a qualidade da auditoria e os resultados deste trabalho corroboram os achados dos trabalhos citados anteriormente. A variável apresentou significância, a 1%. (e sinal esperado confirmados). Por outro lado, nos trabalhos de Abbott, Parker e Gary (2006) e Gajevszky (2014), não foi percebida relação entre as variáveis

qualidade da auditoria e risco. O valor dos honorários tem relação com a qualidade da auditoria (FRANCIS e SIMON, 1987; CHANEY, JETER e SHIVAKUMA, 2004; LIN e HWANG, 2010; PRAZERES e PAIS, 2017), traduzida por um serviço de auditoria mais completo e minucioso (ABBOTT, PARKER e GARY, 2006; BORTOLON, NETO e SANTOS, 2013). As maiores firmas de auditoria que atuam nos Estados Unidos da América cobram um valor maior em honorários, o que reflete positivamente na qualidade da auditoria prestada (FERGUNSON, FRANCIS e DONALD, 2003). Os resultados deste trabalho corroboram com os achados das pesquisas anteriormente citadas. A *proxy* foi significativa, a 5% (e sinal esperado confirmados). Contudo, uma alta quantia de honorários pode reduzir a independência do auditor (DOBRE, 2015; RUSMIN *et al.*, 2009) por meio de pressões por parte da gestão da empresa cliente (SIMUNIC, 1980; BASIOUDIS, PAPAKONSTANTINOU e GEIGER, 2008).

Ressalta-se que, a variável conservadorismo (, e sinal esperado confirmados) foi significativa, a 10%. Assim, quanto maior a qualidade da informação contábil, traduzida por meio das *proxies* conservadorismo e alavancagem financeira, maior a qualidade da auditoria. Segundo Paulo, Cavalcante e Paulo (2013), o conservadorismo é o constructo mais utilizado em pesquisas que investigam a qualidade da informação contábil. Para os autores, um serviço de auditoria prestado com maior qualidade tem relação direta e positiva com a qualidade da informação contábil. A regressão GMM apresentou uma estatística J de, aproximadamente, 0 e segue uma distribuição qui-quadrado, tendo como hipótese nula que os instrumentos utilizados são válidos. Portanto, ao nível de significância de 1%, não se pode rejeitar a hipótese de que os instrumentos são válidos. É possível, ainda, estimar os coeficientes de qualidade da auditoria por empresa, sendo que valores mais baixos indicam melhor qualidade da auditoria, conforme dados da Tabela 5.

Variável	Coefficiente
ABEV3	0,6444
BRAP4	1,6187
BRFS3	0,9767
BRKM5	0,7998
CCRO3	0,7488
CMIG4	1,6057
CPFE3	1,5360
CPLE6	1,3380
CSAN3	0,7032
CSNA3	1,5737
CYRE3	1,6177
EMBR3	1,3079
FIBR3	0,2077
GGBR4	0,6341
GOAU4	0,6488
JBSS3	1,8053
LAME4	1,1145
LREN3	0,3740
MRVE3	1,6678
NATU3	0,5121
PETR3	1,1675
RAIL3	0,6924
SBSP3	1,4105
UGPA4	0,6736
USIM5	1,1923
VALE3	0,6107

Tabela 5 – Coeficientes por empresa para qualidade da auditoria IQUA 2019

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Avaliando os coeficientes por companhia, estabelece-se um *ranking* no qual os menores valores e, portanto, melhores coeficientes de qualidade da auditoria apurados são das empresas Fibria (FIBR3), Lojas Renner (LREN3) e Natura (NATU3), respectivamente em 0,21; 0,37 e 0,51. As empresas com pior qualidade da auditoria no período foram Bradespar (BRAP4), MRV (MRVE3) e JBS (JBSS3), com coeficientes em 1,62; 1,67 e 1,80.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo neste trabalho foi o de estimar um índice de qualidade da auditoria – IQUA 2019 das companhias do Ibovespa, para os anos 2010 a 2017. Para isso, foram selecionadas *proxies*, advindas da literatura da área, com o foco na firma de auditoria e na empresa cliente, visto que a qualidade da auditoria pode sofrer influência tanto de características da firma de auditoria, quanto da empresa-cliente.

Após estimado o IQUA 2019, constatou-se que todas as variáveis que o compuseram mostraram-se significativas. Dessa forma, foi observado empiricamente que as *proxies* tamanho da firma de auditoria, tempo de relacionamento auditor-cliente, especialização da firma de auditoria, alavancagem financeira da empresa cliente, honorários do auditor e, a precaução com que notícias positivas são contabilizadas, em detrimento das ruins pelas companhias, são influenciadores da qualidade de auditoria.

A variável conservadorismo tem ligação com a qualidade da informação contábil e, portanto, percebeu-se que a qualidade da informação contábil influencia a qualidade da auditoria. Sobre a intensidade da influência das variáveis explicativas na qualidade da auditoria, observou-se a alavancagem financeira como a mais relevante e a especialização da firma de auditoria como a menos importante.

Com relação as companhias que compuseram a amostra, destacam-se as empresas Fibria, Lojas Renner e Natura como sendo as que apresentaram maior qualidade da auditoria. Dessa forma, pode-se concluir que são companhias com qualidade da informação contábil superior e, portanto, com menos assimetria informacional e menos conflitos entre agentes. Na direção oposta, nos deparamos com as empresas Bradespar, MRV e JBS. Deve-se acrescentar que, em 14/01/19 foi concluída a fusão entre as companhias Fibria Celulose e Suzano Papel e Celulose.

A profissão contábil tem passado por diversas transformações ao longo dos anos, como a convergência às normas internacionais de contabilidade, a primazia da essência sobre a forma na contabilidade, o uso cada vez mais intenso da tecnologia, por meio de sistemas informatizados e gestão de grandes bancos de dados, entre outras. Essas mudanças, podem refletir no trabalho do auditor externo, na variação no risco do seu trabalho, na reputação, na competência do profissional e na estipulação de valor de honorários, em razão de maiores exigências e desafios inseridos na rotina do auditor independente.

Para a melhor compreensão deste cenário, faz-se necessário um estudo mais detalhado das companhias, tais como compreensão e verificação da adoção de boas práticas de governança corporativa, verificação da transparência da empresa por meio da avaliação, por exemplo, do código de conduta, relatório de sustentabilidade, relatório de *compliance*, relacionamento com investidores, etc. Deve-se salientar, a necessidade acerca da compreensão de aspectos cognitivos que influenciam a qualidade do serviço prestado pelo auditor independente. Trata-se de um exemplo clássico a decisão a ser tomada diante da descoberta de uma falha. O profissional tem dois caminhos: i) reportá-la, assumindo o risco de ser substituído e, conseqüentemente, ter que lidar com os prejuízos financeiros, trabalhistas e sociais ou ii) não divulgá-la e assumir o risco de futuramente passar por um problema legal, institucional (CVM) e/ou de reputação. Tratam-se, portanto, das limitações da pesquisa.

Sugere-se o estudo da relação entre melhores práticas de governança corporativa; da influência da crise econômica brasileira de 2014-2017; a análise da qualidade da informação contábil por meio de outros vieses, como por exemplo, gerenciamento de resultados; e seus reflexos na qualidade da auditoria. Outra sugestão, seria observar o tratamento dado ao assunto “corrupção” na seção do novo relatório de auditoria “principais assuntos de auditoria”. Por último, percebe-

se a necessidade de compreender o comportamento do auditor diante dos diversos conflitos aos quais ele é submetido no dia a dia.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, L. J.; PARKER, S.; GARY, F. P. Earnings Management, Litigation Risk, and Asymmetric Audit Fee. Auditing. **A Journal of Practice & Theory**, 25(1), 85–98.

ADEYEMI, S. B.; FAGBEMI, T. O. (2010). Audit Quality, Corporate Governance and Firm Characteristics in Nigeria. **International Journal of Business and Management**, 5(5), 169–179, 2006.

ALMEIDA, J.; ALMEIDA, J. Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, 20 (50), 2009.

ALMEIDA, P. R. D. Prospecção acerca de um prazo ótimo para rodízio de firmas de auditoria no Brasil. **Tese de Doutorado**. 138 p, 2017. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

ARCÚRIO JÚNIOR, Tércio. Assimetria de informação e qualidade da auditoria: análise das empresas listadas na b3, no período pré e pós-convergência às normas internacionais. **Dissertação** - Universidade de Brasília - Brasília/DF, 2018.

ARCÚRIO JÚNIOR, Tércio; GONÇALVES, Rodrigo S. CUE101- Assimetria de informação e qualidade da auditoria: análise das empresas listadas na b3, no período pré e pós-convergência às normas internacionais. **Anais** da XII edição do congresso da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Contábeis - **Anpcont**, 2018.

ARRUÑADA, Benito. **La calidad de la auditoría: incentivos privados y regulación**. Madrid: Marcial Pons, 1997.

ATAMI, E, RUSMIN, R., HARTADI, B. & EVANS, J. The role of audit quality and culture influence on earnings management in companies with excessive free cash flow: Evidence from the Asia-Pacific region. **International Journal of Accounting & Information Management**, Vol. 25 Issue: 1, pp.21-42, 2017.

AZEVEDO, F. B.; Costa, F. M. Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. **RAM Revista de Administração do Mackenzie**, 13(5), 65-100, 2012.

BALL, Ray; SHIVAKUMAR, Lakshmanan. Earnings quality UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, n. 1, p. 83-128, 2005.

BALSAM, S.; KRISHNAN, J; YANG, J.S. Auditor Industry Specialization and Earnings Quality. Auditing. **A Journal of Practice & Theory**, 22, 71-97, 2003.

BASIOUDIS, I. G.; PAPAKONSTANTINO, E.; GEIGER, M. A. Audit fees, Non-audit Fees and Auditor Going-Concern Reporting Decisions in the United Kingdom. *Abacus*, **A Journal of Accounting, Finance and Business Studies**, 44(3), 284–309, 2008.

BASU, S. The Conservatism Principle and the Asymmetric Timeliness of Earnings. **Journal of Accounting and Economics**, 24, 3-37, 1997.

BEHN, B. K.; CHOI, J.; KANG, T. Audit Quality and Properties of Analyst Earnings Forecasts. **The Accounting Review**, v. 83, n. 2, pp. 327-349, 2008.

BEISLAND, L. A.; MERSLAND, R.; STRØM, R. Ø. Audit Quality and Corporate Governance: Evidence from the Microfinance Industry. **Working paper** no. 13/035, Solvay Brussels School Economics & Management, Belgium, 2013.

BORTOLON, P. M.; NETO, A. S.; SANTOS, T. B. Audit Costs and Corporate Governance. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, 24(61), 27–36, 2013.

BRASIL. **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei 6404/76, e da Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976, e estabelece às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras.

BRAUNBECK, G. O. Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil (**Doutorado**). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BROOKS, L. L. Z.; CHENG, C. S. A.; JOHNSTON, J. A.; REICHEL, K. J. Estimates of optimal audit firm tenure across different legal regimes. **Journal of Accounting, Auditing and Finance**, 32 (1), 3-39, 2017.

CAMARGO, R. V. W. Determinantes dos pareceres dos auditores independentes emitidos às companhias negociadas na BMF&BOVESPA. 206 f. **Dissertação (Mestrado)** – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CAMARGO, R. V. W.; PEPINELLI, R. C. C.; DUTRA, M. H.; ALBERTON, L. Determinantes dos pareceres dos auditores independentes emitidos às companhias negociadas na BMF & Bovespa. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12. 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2012.

CARLIN, TM; FINCH, N.; LAILI, N. H. Questioning the Big 4 Audit Quality Assumption: New Evidence From Malaysia. ICAI University. **Journal of Audit Practice** 6(2), 35–56, 2009.

CHANEY, P. K.; JETER, D. C.; SHIVAKUMAR, L. Self-Selection of Auditors and Audit Pricing in Private Firms. **The Accounting Review**, 79(1), 51–72, 2004.

CHI, W.; DOUTHETT, E. B.; Jr.; LISIC, L. L. Client importance and audit partner independence. **Journal of Accounting and Public Policy**, 31(3), p.320-336, 2012.

CHOI, J. H., KIM, J. B., QIU, A., & ZANG, Y. Audit office size, audit quality and audit pricing. **Auditing: A Journal of Practice and Theory**, 29 (1): 73-97, 2010.

CHOI, J. H., KIM, J. B., QIU, A., & ZANG, Y. Auditor Locality, Audit Quality and Audit Pricing. **Auditing: A Journal of Practise & Theory**, 29(1), 73–97, 2007.

CUNHA, Everton Souza; DANTAS, José Alves; MEDEIROS; RIBEIRO, Otávio. Dois modelos contemporâneos de divulgação financeira na indústria bancária brasileira: qual é mais conservador?. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 9, n. 3, p. 301-317, 2016.

CUNHA, P. R.; LUNELLI, L. O.; SANTOS, V.; FAVERI, D. B.; JÚNIOR, M. M. R. Relação entre as características do Comitê de Auditoria e o atraso da emissão do relatório da auditoria independente (audit delay). **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 18, n. 3, 2015.

DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R. Determinantes de Qualidade da Auditoria Independente em Bancos. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 26, nº 67, pp. 43-56, 2015.

DEANGELO, L. E. Auditor size and audit quality. **Journal of Accounting and Economics**, 3(3), 183–199, 1981.

- DEFOND, M. L. The Association Between Changes in Client Firm Agency Costs and Auditor Switching. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, 11(1), 16–31, 1992.
- DEFOND, M. L.; LIM, C. Y.; ZANG, Y. Client Conservatism and Auditor-Client Contracting. Marshall Research Paper Series Working Paper ACC 01.16. USC Marshall School of Business. Forthcoming in **The Accounting Review**, 2015.
- DEFOND, M.; ZHANG, J. A Review of Archival Auditing Research. **Journal of Accounting and Economics**, 58(2014), 1–159, 2014.
- DEFOND, Mark L.; SUBRAMANYAM, K. R. Auditor changes and discretionary accruals. **Journal of accounting and Economics**, v. 25, n. 1, p. 35-67, 1998.
- DOBRE, F. Are Financial Audit Elements and Corporate Governance Policies Solutions for the Economic Crisis? **Theoretical and Applied Economics**, XXII (2), 275–284, 2015.
- DYE, R. A. Auditing standards, legal liability, and auditor wealth. **Journal of Political Economy**, 101(5), 887-914, 1993.
- ATAMI, E, RUSMIN, R., HARTADI, B. & EVANS, J. The role of audit quality and culture influence on earnings management in companies with excessive free cash flow: Evidence from the Asia-Pacific region. **International Journal of Accounting & Information Management**, Vol. 25 Issue: 1, pp.21-42, 2017.
- FARGHER, Neil; TAYLOR, Mark H.; SIMON, Daniel T. The demand for auditor reputation across international markets for audit services. **The International Journal of Accounting**, v. 36, n. 4, p. 407-421, 2001.
- FELO, A. J.; KRISHNAMURTHY, S.; Solieri, S. A. Audit Committee Characteristics and the Perceived Quality of Financial Reporting: An Empirical Analysis. **Working paper**, Penn State Great Valley, 2003.
- FERGUNSON, A.; FRANCIS, J. R.; DONALD, J. S. The Effects of Firm-Wide and Office Level Industry Expertise on Auditing Pricing. **The Accounting Review**, 78(2), 429–448, 2003.
- FRANCIS, J. R.; D. Yu. The effect of big four office size on audit quality. **The Accounting Review** 84 (5). Forthcoming, 2009.
- FRANCIS, J. R. What Do We Know About Audit Quality? **British Accounting Review**, 36(4), 345–368, 2004.
- FRANCIS, J. R. A framework for understanding and researching audit quality. Auditing. **A journal of Practice & Theory**, v. 30, n. 2, pp. 125-152, 2011.
- FRANCIS, J. R.; SIMON, D. T. A Test of Audit Pricing in the Small-Client Segment of the U.S. **Audit Market. The Accounting Review**, LXII (1), 145–157, 1987.
- FRANCIS, J. R.; REICHEL, K.; WANG, D. The Pricing of National and City-Specific Reputations for Industry Expertise in the U.S. Audit Market. **The Accounting Review**, 80(1), 113–136, 2005.
- GAJEVSZKY, A. Audit Quality and Corporate Governance: Evidence From the Bucharest Stock Exchange. In **6th International Scientific Conference on Economic and Social Development and 3rd Eastern European ESD Conference: Business Continuity**, paper no. 393– 403). Vienna, 2014.
- GHOSH, Alope; MOON, Doocheol. Auditor tenure and perceptions of audit quality. **The accounting review**, v. 80, n. 2, p. 585-612, 2005.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**, 5th. Ed.. Upper Saddle River, NJ, p. 89-140, 2003.

GUL, Ferdinand A.; FUNG, Simon Yu Kit; JAGGI, Bikki. Earnings quality: some evidence of the role of auditor tenure and auditors' industry expertise. **Journal of Accounting and Economics**, n.47, p.265-287, 2009.

HARRIS, K. Mandatory audit rotation: an international investigation (**Doctored**). Academic Faculty of the C. T. Bauer College of Business University of Huston, Huston, 2012.

HEALY, P., PALEPU, K. *Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature*. **Journal of Accounting and Economics** 31(1-3), 405-440, 2001.

HEIJ, C.; BOER, P.; FRANCES, P. H.; KLOEK, T.; DIJK, H. K. V. *Econometric methods with applications in business and economics*. **Oxford University Press**, 2004.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLANDA, F. B. F. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, 31(89), 51-60. 2017

HOPE, O.; LANGLI, J. C. Auditor Independence In A Private Firm And Low Litigation Risk Setting. **The Accounting Review**, 85(2), 573-605,2010.

HOPWOOD, W.; MCKEOWN, J.; MUTCHLER, J. A Test of the Incremental Explanatory Power of Opinions Qualified for Consistency and Uncertainty. **The Accounting Review**, 64(1), 28–48, 1989.

HU, D. Audit Quality and measurement: Towards a comprehensive understanding. **Academy of Accounting and Financial Studies Journal**, v. 19, n. 1, 2015.

IRELAND, J. C. An empirical investigation of determinants of audit reports in the UK. **Journal of Business Finance and Accounting**, 30(708), 975-1015, 2003.

ITO, E. Y. H.; MENDES, P. C.M.; NIYAMA, J. K. Controle de qualidade dos serviços de auditoria independente: um estudo de comparativo entre as normas brasileiras e as normas internacionais. **Revista UnB Contábil**. Brasília, editor, v. 11, n. 1-2, p. 312-328, jan./dez. 2008.

JENKINS, David S.; VELURY, Uma. Does auditor tenure influence the reporting of conservative earnings? **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 27, n. 2, p. 115-132, 2008.

JENSEN M.; MECKLING, W. Theory of the firm: Managerial behavior, agency cost, and ownership structure. In: **Journal of Financial Economics**, p. 305-360, 1976.

KHAN, A.; MUTTAKIN, M. B.; SIDDIQUI, J. Audit fees, auditor choice and stakeholder influence: Evidence from a family-firm dominated economy. **The British Accounting Review**, 47(3), 304-320, 2015.

KNECHEL, W. R.; VANSTRAELEN, A. The relationship between auditor tenure and audit quality implied by going concern opinions. **Auditing: A Journal of Practice and Theory**, Vol. 26, No. 1, pp. 113–31, 2007.

KNECHEL, W. R.; KRISHNAN, G. V.; PEVZNER, M.; SHEFCHIK, L.; VELURY, U. Audit Quality: Insights from the Academic Literature. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v.32, 2013.

KOCH, C.; WEBER, M.; WUSTEMANN, J. Can Auditors be Independent? Experimental Evidence on the Effects of Client Type. **European Accounting Review**, v. 21, n. 4, pp. 797–823, 2012.

- LEFTWICH, R.W.; WATTS, R.I.; ZIMMERMAN, J.I. VOLUNTARY CORPORATE DISCLOSURE - THE CASE OF INTERIM REPORTING, **Journal of Accounting Research**, 19, issue, p. 50-77.
- LENNOX, C., FRANCIS, J.R.; WANG, Z. Selection models in accounting research. **The Accounting Review** 87(2), 589-616, 2012.
- LEVENTIS, S.; CARAMANIS, C. Determinants of audit time as a proxy of quality. **Managerial Auditing Journal**. 20(5), 460-478, 2005.
- LEVINTHAL, D.A.; FICHMAN, M. Dynamics of Interorganizational Attachments: Auditor – Client Relationships. **Administrative Science Quarterly** 33(3):345 – 369, 1988.
- LI, Dan. Does auditor tenure affect accounting conservatism? Further evidence. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 29, n. 3, p. 226-241, 2010.
- LIN, J. W.; HWANG, M. I. Audit Quality, Corporate Governance, and Earnings Management: A Meta-Analysis. **International Journal of Auditing**, 14(1), 57–77, 2010.
- LU, Tong; SAPRA, Haresh. Auditor conservatism and investment efficiency. **The Accounting Review**, v.84, n.6, p.1933-1958, 2009.
- LUCCAS, R. G. Desvendando a opinião da auditoria independente: o resultado da auditoria (**Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo**), 2015.
- MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R. Análise da relevância da informação contábil no Brasil num contexto de convergência às normas internacionais de contabilidade. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 1, p. 65-85, 2013.
- MAKNI, I.; KOLSI, M. C.; AFFES, H. The Impact of Corporate Governance Mechanisms On Earnings Management: Evidence From Banks In Ethiopia. **The IUP Journal of Corporate Governance**, XI (3), 48– 70, 2012.
- MARTINEZ, A. L.; LESSA, R. C.; MORAES, A. J. Remuneração dos auditores perante a agressividade tributária e governança corporativa no Brasil. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, 6(3), 8-18, 2014.
- MAZZIONI, S.; KLANN, R. C. Determinantes da qualidade da informação contábil sob a perspectiva das características empresariais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, 35(1), 2016.
- MOREIRA, Felipe *et al.* Qualidade da Auditoria no Brasil: Um Estudo do Julgamento dos Auditores Independentes na Aderência do Ajuste a Valor Presente nas Companhias de Construção e Engenharia Listadas na BM&F-Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 10, n. 1, 2015.
- MYERS, James N.; MYERS, Linda A.; OMER, Thomas C. Exploring the term of the auditor-client relationship and the quality of earnings: A case for mandatory auditor rotation? **The accounting review**, v. 78, n. 3, p. 779-799, 2003.
- O'KEEFE, Terrence B.; SIMUNIC, Dan A.; STEIN, Michael T. The production of audit services: Evidence from a major public accounting firm. **Journal of Accounting Research**, p. 241-261, 1994.
- PAULO, I. I. S. L de M.; CAVALCANTE, P. R. N.; PAULO, E. Relação entre qualidade da auditoria e conservadorismo contábil nas empresas brasileiras. REPEC – **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília**, v. 7, n. 3, p. 305-327, 2013.
- PELEIAS, I. R.; SEGRETI, J. B.; COSTA, C. A. Comitê de auditoria ou órgão equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras emitentes de

- American Depository Receipts – ADRs. **Contabilidade Vista e Revista**, v.20, n.1, p.41-65, 2009.
- PIOT, C.; JANIN, R. External Auditors, Audit Committees and Earnings Management in France. **Europe an Accounting Review**, 16(2), 429–454, 2007.
- PRAZERES, C. M. A. *et al.* A qualidade de auditoria e as características das firmas de auditoria em Portugal. In: 12th **Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)**. IEEE, 2017. p. 325-330, 2017.
- RADEBAUGH, Lee H.; GRAY, Sidney J. **International Accounting & Multinational Enterprises**. 5 ed. USA: John-Wiley & Sons, Inc., 2002.
- REID, L. C.; CARCELLO, J. V. Investor reaction to the prospect of mandatory audit firm rotation. **The Accounting Review**, 92 (1), 183-211, 2017.
- REYAD, S. M. R. The Role of Auditing Quality as a Tool of Corporate Governance in Enhancing Earnings Quality: Evidence from Egypt. **International Management Review**, 9(2), 83–93, 2013.
- ROODMAN, David. How to do xtabond2: an introduction to difference and system GMM in Stata. **The Stata Journal**, v. 9, n. 1, p. 86-136, 2009.
- RUSMIN, R.; SCULLY, G.; TOWER, G.; TAPLIN, R. The Impact of Corporate Governance and Ownership Concentration on Audit Quality in Three Asia Pacific Stock Markets. **Asia Pacific Journal of Economics & Business**, 13(2), 58–92, 2009.
- SALEHI, M.; MORADI, M.; PAIYDARMANESH, N. The Effect of Corporate Governance and Audit Quality on Disclosure Quality: Evidence from Tehran Stock Exchange. **Periodica Polytechnica Social and Management Sciences**, v. 25, pp. 32-48, 2017.
- SANT'ANA, N. L. S. (2019) Análise da relação entre auditoria, governança e desempenho financeiro. 248 f. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SANTOS, E. S.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 65, p. 161-176, 2014.
- SIMUNIC, D. A. The Pricing of Audit Services: Theory and Evidence. **Journal of Accounting Research**, 18(1), 161–190, 1980.
- SMITH, L. M. Audit committee effectiveness: did the blue-ribbon committee recommendations make a difference? *Int. J. Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, v. 3, n. 2, 2006.
- SUN, J.; Liu, G. Industry specialist auditors, outsider directors, and financial analysts. **Journal of accounting and public policy**, v.30, n. 4, p. 367-382, 2011, 2011.
- SUNDER, Shyam. **Teoria da Contabilidade e do Controle**. São Paulo: Atlas, 2014.
- TEIXEIRA, B.; CAMARGO, R. V. W; VICENTE, E. F. R. Relação entre as características do Comitê De Auditoria e a qualidade da Auditoria Independente. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. V. 15, n. 44, Jan/abr, 2016.
- TENDELOO, B. Van; VANSTRAELEN, A. Earnings Management under German GAAP versus IFRS. **European Accounting Review**, 14(1), 155–180, 2005.
- WATTS, R.L.; ZIMMERMAN, J.L. Agency Problems, Auditing, and the Theory of the Firm: Some Evidence. **Journal of Law and Economics**, 26, 613-633. <http://www.jstor.org/stable/725039>, 1983.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ajuste de Avaliação Patrimonial 124, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 138, 139
Alfabetização financeira 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58
Análise Bibliométrica 346, 352, 355, 358
Análise dos Componentes Principais 259, 261, 262, 304, 319, 320
Análise fatorial confirmatória 259, 265, 323, 325, 326, 327, 342
Aprendizagem Gerencial 100, 103, 104, 106, 115, 119, 120

B

Biblioteconomia 271, 279, 288

C

Capacitação Gerencial 100, 102, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121
Capital intelectual 146, 153, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 216, 217, 268
Capitalismo 15, 17, 18, 21, 22, 32, 34, 35, 196
Compartilhamento do conhecimento 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267
Competencias 290, 292, 296, 299, 300, 301, 302, 303
Competências Gerenciais 100, 102, 103, 106, 108, 109, 113, 116, 118, 121, 123
Competitividade 3, 5, 68, 70, 72, 76, 77, 80, 84, 85, 193, 196, 197, 198, 200, 201
Comunicação mercadológica 193, 197, 198, 201, 202
Conhecimento 15, 16, 20, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 54, 59, 60, 62, 64, 65, 72, 80, 83, 84, 86, 97, 103, 104, 106, 109, 114, 115, 118, 119, 142, 144, 145, 146, 150, 152, 153, 183, 185, 204, 205, 206, 207, 209, 211, 212, 213, 217, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 276, 291, 314, 323, 324, 326, 327, 328, 329, 333, 341, 342, 346, 352, 355, 364
Conservadorismo 184, 218, 223, 226, 227, 230, 232, 237, 338
Construção de teoria 323
Contabilidade 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 58, 176, 204, 206, 221, 225, 226, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 304, 306, 314, 319, 320, 324, 348
Cultura organizacional 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 106, 112, 113, 116, 194

D

Descontrole financeiro 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66
Desenvolvimento Gerencial 100, 111, 116, 117, 119
Dimensões de análise 177, 178, 188

E

Educação Corporativa 142, 143, 146, 147, 150, 152, 153

Efeito Heterogeneidade 155, 162, 169, 171, 172, 174, 175

Efeito Manada 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 176

Ensino 26, 27, 28, 35, 38, 57, 59, 63, 89, 90, 96, 97, 100, 106, 115, 121, 123, 142, 151, 259, 266, 269, 272, 274, 279, 280, 281, 282, 283, 287, 288, 289, 305, 309, 310, 311, 321, 322, 324, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 367, 368, 369

Era Moderna 15, 18, 21

Escalas de mensuração 323, 324, 325, 327, 329, 332, 341

Estado 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 32, 35, 36, 37, 38, 46, 48, 52, 59, 88, 89, 101, 107, 163, 164, 198, 204, 255, 269, 273, 274, 279, 288, 295, 296, 302, 321, 330, 337

F

Fatores de Decisão 304, 306, 319, 320

Filtro de Kalman 155, 163, 164, 168, 171

Finanças 17, 37, 38, 42, 43, 44, 46, 53, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 128, 140, 155, 156, 176, 233, 234, 238, 306

G

Gestão 17, 19, 42, 45, 50, 52, 59, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 100, 101, 102, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 142, 144, 145, 146, 150, 151, 153, 156, 160, 176, 178, 179, 181, 190, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 212, 213, 217, 220, 229, 230, 232, 234, 237, 252, 253, 254, 269, 273, 277, 279, 288, 291, 321, 342, 344, 347

Gestão estratégica de inovação 68

Globalização 2, 35, 85, 107, 193, 194, 195, 196, 200, 202, 203

Graduação 37, 39, 52, 59, 102, 110, 118, 140, 177, 204, 233, 234, 259, 272, 279, 281, 304, 305, 306, 309, 311, 312, 319, 320, 321, 324, 346, 358, 366, 367, 370

H

História 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 31, 34, 37, 38, 115, 144, 151, 180, 194, 204, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369

I

Índice 4, 19, 77, 125, 126, 127, 128, 133, 157, 163, 164, 165, 166, 167, 175, 196, 209, 210, 218, 220, 221, 231, 238, 243, 260, 261, 262, 263, 334

Innovación 290, 291, 292, 294, 295, 302, 303

Inovação tecnológica 68, 69, 71, 72, 74, 86

Instituições Federais de Ensino Superior 100

L

Liderança 68, 72, 82, 83, 84, 86, 106, 113, 114, 115, 142, 143, 147

M

Métodos quantitativos 63, 323

N

Negócios 16, 18, 19, 21, 22, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 35, 74, 76, 78, 79, 86, 122, 146, 187, 190, 193, 196, 197, 200, 201, 209, 213, 277, 288

P

P/B 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139

Perspectiva Neuro-IS 346, 349, 350, 352, 354, 356

Pierre Bourdieu 239, 240, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249

Planejamento de Carreira 304, 305, 306, 309, 310, 311, 312, 314, 320, 321, 322

Price-to-book 124, 125

Processo decisório estratégico 177, 178, 184, 186, 188, 189

Provisões para Contingências 124, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139

Q

Qualidade da auditoria 218, 219, 220, 221, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 237

Qualidade da informação contábil 218, 220, 230, 232, 237

R

Responsabilidade Sócio Ambiental 143

Revista Brasileira de Ciências Sociais 239, 242

S

Sistema 15, 19, 21, 22, 24, 25, 27, 30, 33, 35, 37, 83, 94, 105, 108, 128, 146, 165, 179, 180, 183, 185, 186, 187, 196, 197, 199, 205, 208, 209, 210, 213, 219, 267, 272, 274, 276, 279, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302, 342, 348, 349

Sistemas de Informação 22, 209, 213, 276, 346, 347, 349, 355

T

Teoria 37, 66, 70, 94, 122, 135, 139, 155, 156, 160, 175, 179, 180, 181, 192, 199, 224, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 252, 254, 255, 256, 259, 314, 315, 319, 320, 323, 324, 325, 326, 327, 329, 334, 335, 336, 337, 340, 341, 342

Terceira linguagem 193, 197, 198

Trabajo en Equipo 290, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 301, 302

Transculturalidade 193, 202

U

Universidad 269, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 299, 300, 302, 303

V

Validação de escalas 323, 325, 328, 329, 337, 340, 341, 342

Variáveis demográficas 40

Variáveis socioeconômicas 39, 40, 41, 46, 51, 53

 **Atena**
Editora

2 0 2 0